

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS

Cartilha informativa ao estudante do Curso Técnico em Enfermagem

Conhecendo as Especificidades do Paciente Surdo e da Língua
Brasileira de Sinais.

Lourena Cristina de Souza Barreto
Dayanna Pereira dos Santos (orientadora)



INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS - IFG
CÂMPUS ANÁPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA - PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



LOURENA CRISTINA DE SOUZA BARRETO
DAYANNA PEREIRA DOS SANTOS (Orientadora)

**CARTILHA INFORMATIVA AO ESTUDANTE DO CURSO
TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

**Conhecendo as Especificidades do Paciente Surdo e da Língua Brasileira de
Sinais**

Anápolis

2023

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS - IFG
CÂMPUS ANÁPOLIS

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS - IFG
CÂMPUS ANÁPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA - PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

LOURENA CRISTINA DE SOUZA BARRETO
DAYANNA PEREIRA DOS SANTOS (Orientadora)

**CARTILHA INFORMATIVA AO ESTUDANTE DO CURSO
TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

**Conhecendo as Especificidades do Paciente Surdo e da Língua Brasileira de
Sinais**

Produto Educacional resultante dos estudos produzidos na Dissertação de Mestrado Profissional, intitulada: "Concepções dos Estudantes do Curso Técnico Integrado em Enfermagem na modalidade EJA, do IFG - Campus Goiânia Oeste sobre o atendimento em saúde de pessoas surdas" apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, no curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás- Câmpus Anápolis, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de concentração: Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Anápolis

2023

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS - IFG
CÂMPUS ANÁPOLIS

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barreto, Lourena Cristina de Souza.
B273c Cartilha informativa ao estudante do curso técnico em Enfermagem: conhecendo as especificidades do paciente surdo e da Língua Brasileira de Sinais. / Lourena Cristina de Souza Barreto, Dayanna Pereira dos Santos. - 2024.
36 f.; il. col.

Produto Técnico/Tecnológico (Mestrado) – IFG –
Câmpus Anápolis, Programa de Pós-Graduação em
Educação Profissional e Tecnológica, 2024.

1. Paciente surdo. 2. Libras. 3. saúde.
 4. Enfermagem. 5. EJA – Técnico em Enfermagem
 6. IFG 7. Produto Técnico/Tecnológico – cartilha.
- I. Santos, Dayanna Pereira dos.
II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária – Claudineia Pereira de Abreu
IFG - Campus Anápolis.

Índice para catálogo sistemático

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO
NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

Tese Artigo Científico

Dissertação Capítulo de Livro

Monografia – Especialização Livro

TCC - Graduação Trabalho Apresentado em Evento

Produto Técnico e Educacional - Tipo: Material Textual – Ebook – Cartilha

Nome Completo do Autor: Lourena Cristina de Souza Barreto

Matrícula: 20221060150046

Título do Trabalho: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM ENFERMAGEM NA MODALIDADE EJA, DO IFG – CÂMPUS GOIÂNIA OESTE SOBRE O ATENDIMENTO EM SAÚDE DE PESSOAS SURDAS.

Autorização - Marque uma das opções

1. Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data 14/03/2025 (Embargo);
3. Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção 2 ou 3, marque a justificativa:

O documento está sujeito a registro de patente.

O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.

Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Anápolis, 18/03/2024.

Local Data

Lourena Cristina de Souza Barreto

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS ANÁPOLIS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT/IFG)

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO E VALIDAÇÃO DE PRODUTO EDUCACIONAL
(Modalidade da Sessão: Webconferência)

No dia 06 (seis) do mês de março do ano de 2024, às 09 horas, no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) - Câmpus Anápolis, por meio de webconferência, deu-se a Defesa da Dissertação de Mestrado "Percepções dos estudantes do curso Técnico Integrado em Enfermagem na modalidade EJA, do IFG – Câmpus Goiânia Oeste sobre o atendimento em saúde de pessoas surdas", de autoria de **Lourena Cristina de Souza Barreto**, como requisito para a conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

Sob a presidência da Orientadora e Presidente da Banca **Profa. Dra. Dayanna Pereira dos Santos** - IFG/ProfEPT, a Banca Examinadora teve como Avaliadora Externa a **Profa. Dra. Marlene Barbosa de Freitas Reis** - UEG e como Avaliadora Interna a **Profa. Dra. Waléria Batista da Silva Vaz Mendes** - IFG/ProfEPT.

Em sessão pública, após a apresentação da pesquisa e dos seus resultados, assim como a Defesa da Dissertação e do Produto Educacional pela mestrandia, os integrantes da Banca Examinadora fizeram as suas arguições, considerações e avaliações. Depois de se reunir em sala separada para avaliação e deliberação, a Banca Examinadora retornou à sala de Defesa pública para a proclamação do resultado. Assim, em conformidade com o Regulamento do ProfEPT e o Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Instituto Federal de Goiás (IFG), a Banca Examinadora manifestou-se pela **APROVAÇÃO** da Dissertação e do Produto Educacional de **Lourena Cristina de Souza Barreto**.

Anápolis - GO, 06 de março de 2024.

Documento assinado eletronicamente por:

1. Profa. Dra. Dayanna Pereira dos Santos - Orientadora e Presidente da Banca
2. Profa. Dra. Marlene Barbosa de Freitas Reis - UEG*
3. Profa. Dra. Waléria Batista da Silva Vaz Mendes - IFG/ProfEPT
4. Lourena Cristina de Souza Barreto - Discente/ProfEPT

*A presidente da Banca foi autorizada a fazer a transcrição da avaliação e a assinar a Ata de Defesa da Dissertação em nome da Profa. Dra. Marlene Barbosa de Freitas Reis - UEG.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Waleria Batista da Silva Vaz Mendes**, COORDENADOR(A) DE CURSO - FUC1 - APA-CLPB, em 08/03/2024 10:39:32.
- **Lourena Cristina de Souza Barreto**, 20221060150046 - Discente, em 08/03/2024 06:06:01.
- **Dayanna Pereira dos Santos**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 06/03/2024 10:36:05.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 05/03/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 515448
Código de Autenticação: 869e2a362d



Ficha Técnica

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Campus Anápolis

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

Coordenação Acadêmica do ProfEPT no IFG: Prof. Dr. Alcyr Alves Viana Neto

Produto Educacional desenvolvido como parte integrante da Dissertação de Mestrado intitulada "Percepções dos Estudantes do Curso Técnico Integrado em Enfermagem na modalidade EJA, do IFG - Campus Goiânia Oeste Sobre o Atendimento em saúde de Pessoas Surdas" e desenvolvida por Lourena Cristina de Souza Barreto, sob a Orientação do Profa. Dra. Dayanna Pereira dos Santos.

Título do Produto Educacional:

Cartilha informativa ao estudante do Curso Técnico em Enfermagem

Autores do Produto Educacional:

Lourena Cristina de Souza Barreto/Dayanna Pereira dos Santos

Categoria do Produto Educacional:

Material Textual - E-book

Modalidade / Tipo do Produto Educacional: Cartilha

Palavras-chave: Libras, Paciente Surdo, Acessibilidade Comunicativa

Diagramação e Design do Produto Educacional: Milton Ferreira de Azara Filho

1ª edição - E-book - ProfEPT / IFG, janeiro, 2023

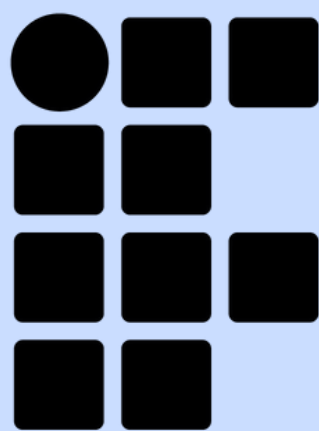
Licença Creative Commons

Atribuição - Não Comercial - Compartilha Igual - CC BY-NC-SA

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam a você o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

BARRETO, Lourena Cristina de Souza. Cartilha Informativa ao estudante do Curso Técnico Integrado em Enfermagem: Conhecendo as Especificidades do Paciente Surdo e da Língua Brasileira de Sinais. Anápolis (GO): IFG / ProfEPT, 2023.

Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/profept>



**INSTITUTO
FEDERAL**
Goiás

Sumário

APRESENTAÇÃO	8
O CONTEXTO HISTÓRICO E LINGUÍSTICO DO POVO SURDO	9
QUEM É O PACIENTE SURDO?	13
CARACTERIZANDO A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	16
MITOS SOBRE AS LÍNGUAS DE SINAIS	17
OS DIREITOS DOS SURDOS EM SEUS ATENDIMENTOS DE SAÚDE	21
DICAS PARA A INTERAÇÃO COM O PACIENTE SURDO	25
VÍDEOS DE SINAIS BÁSICOS EM LIBRAS NA ÁREA DA SAÚDE	27
CURIOSIDADES SOBRE SURDOS E LIBRAS	30
REFERÊNCIAS	33



Apresentação

1

Prezada comunidade escolar,

Esta **Cartilha Informativa Sobre as Especificidades do Paciente Surdo e da Língua Brasileira de Sinais** é resultado do Produto Educacional construído, a partir da pesquisa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT – Turma 2022, intitulada: Percepções dos Estudantes do Curso Técnico Integrado em Enfermagem na Modalidade EJA, do IFG – Câmpus Goiânia Oeste sobre o atendimento em saúde de pessoas Surdas, de autoria de Lourena Cristina de Souza Barreto, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Dayanna Pereira dos Santos.

A presente Cartilha foi elaborada com objetivo de auxiliar na formação dos estudantes do Curso Técnico Integrado em Enfermagem, da modalidade EJA do IFG, para que compreendam quem é o paciente Surdo e desmistificar suas especificidades linguísticas. Oportunizando à comunidade escolar possibilidades de desenvolvimento das práticas inclusivas nos atendimentos em saúde das pessoas que se comunicam através da Língua Brasileira de Sinais.

O material está estruturado com a seguinte organização: Parte I – O contexto histórico e linguístico do Povo Surdo; Parte II – Quem é o paciente Surdo; Parte III – Caracterizando Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e apresentação dos mitos; Parte IV – Os direitos dos Surdos em seus atendimentos de saúde; Parte V – Dicas e curiosidades para a interação com a Pessoa Surda, Vídeos de alguns sinais em LIBRAS relacionados ao campo da saúde.

A cartilha será disponibilizada de forma digital à assessoria de Comunicação Social do IFG - Câmpus Goiânia Oeste, com intuito que seja hospedada no site institucional e divulgada aos docentes do campus, que atua no eixo tecnológico da educação e da saúde, e especificamente aos profissionais e estudantes do curso técnico Integrado em Enfermagem na modalidade EJA.

Lourena Cristina de Souza Barreto
Dayanna Pereira dos Santos

O contexto histórico e linguístico do povo surdo

2



Ao longo do tempo, vários avanços e retrocessos, marcaram a socialização e inclusão dos surdos, assim como a sua constituição como pessoas. A Idade Antiga remonta as barbaridades em que as pessoas com deficiência eram submetidas.

Os surdos eram tidos como pessoas enfeitiçadas. Acreditava-se que surdez era uma doença contagiosa ou uma punição dos Deuses em decorrência dos pecados. Era comum o sacrifício de crianças que apresentassem algum traço de deformidade. Goldfeld (1997) relata que a surdez não era perceptível imediatamente ao nascimento, quando descoberta, os surdos eram lançados ao mar, atirados de rochedos ou abandonados à deriva da sorte.

O filósofo Grego Aristóteles em 384, A.C. alegava que o surdo, por não ter uma linguagem, não seria capaz de raciocinar. Defendia arduamente que o homem expressava seus conhecimentos e inteligência através da fala. Para ele educar surdos seria algo impossível, por isso foram tachados de indomáveis ou selvagens. Este estigma ainda está arraigado na sociedade até os dias atuais, é comum o pensamento errôneo de que o surdo tem problemas cognitivos por não conseguir emitir sons articulados.

Na Idade Média e Idade Moderna, as transformações sociais, proporcionaram novas formas de se olhar a pessoa com surdez. Reily (2007, p.312) explica que essas pessoas passaram a ter o direito a "salvação" sendo objeto de evangelização e passível de conviver em sociedade. Porém se o surdo não conseguisse confessar os seus pecados (se expressando oralmente) eram proibidos de receber a comunhão, de casar-se e receber heranças. Sendo assim, tais pessoas viviam à margem da sociedade.

Somente a partir do século XVI é que começam a surgir os primeiros educadores de pessoas surdas. Na Espanha, Pedro Ponce de León (1510-1584), um monge beneditino, usava sinais em sua comunicação, por conta dos votos de silêncio. Isso contribuiu para promover novas perspectivas sobre as possibilidades ensino direcionados ao povo surdo. As famílias nobres e influentes que tinham um filho surdo contratavam os seus serviços para que este não ficasse privado dos direitos aos bens e a herança, que lhe eram destituídos caso não desenvolvesse a oralidade. O monge espanhol utilizava como métodos de ensino a datilologia, escrita e oralização. Porém só ensinava filhos surdos da nobreza.

A primeira vez que o Povo Surdo adquiriu o direito a aprender uma língua própria, foi entre os anos 1712 a 1789. O abade Charles Michel L'Épée, em contato com os surdos carentes que perambulavam pela cidade de Paris, começou a instruí-los, inclusive em sua própria casa. Karin Strobel (2009), destaca que L'Épée defendia o uso dos sinais para facilitar a aprendizagem da língua Francesa. Ele criou a primeira escola pública do mundo para Surdos e ficou conhecido como "pai dos surdos". Quando faleceu em 1789, e já havia fundado 21 escolas para surdos na França e em outros países da Europa.

Em meados do ano de 1814, Thomas Gallaudet (1787-1851) convidou o professor surdo Francês, Laurent Clerc (1785-1869), a viajar para os Estados Unidos e posteriormente fundaram a primeira escola para Surdos das Américas. Em 1864 foi criada em Washington a Universidade Gallaudet (1), pioneira em ministrar todas as aulas em Língua Americana de Sinais. A partir de então, os povos surdos dominaram a escrita e as artes. Muitos professores e sujeitos surdos prosperaram e tiveram seus trabalhos reconhecidos. Strobel (2009) considera esta época de ouro como a revelação cultural dos sujeitos surdos.

1. A Universidade Gallaudet existe até os dias atuais. É a única universidade do mundo com programas, cursos e serviços projetados especificamente para atender pessoas Surdas.

Na contramão deste reconhecimento social e linguístico, o Alemão Samuel Heinicke (1729-1790) desenvolveu as bases da filosofia oralista, que defendia o ensino da língua oral como melhor forma de educar o aluno com surdez. Para ele a língua de sinais significava atraso no desenvolvimento cognitivo. Em 1778, ele fundou a primeira escola de oralismo puro. Portanto, dois grupos divergentes surgiram: um que defendia a aquisição da língua oral, tendo como suporte os sinais e o outro formado por aqueles que privilegiavam a fala. Esta “disputa” se acirrou e teve seu ápice no Congresso Internacional de Educadores de Surdos, realizado em Milão no ano de 1880.

Neste evento foi colocado em votação qual método de ensino deveria ser utilizado. O congresso foi preparado por uma maioria oralista com o firme propósito de dar força de lei às suas proposições no que dizia respeito à educação de surdos. “ardilosamente arranjado para produzir o efeito desejado” Lane (1997, p. 110). O Oralismo venceu, o uso da língua de sinais foi oficialmente mundialmente proibido. O paradigma instituído por esta filosofia considera a surdez como uma anomalia passível de ser corrigida através do treinamento da fala, que possibilitaria a aprendizagem da língua oral a fim torná-lo igual à maioria ouvinte, ou seja, ajustável à sociedade.

No Brasil, a educação de surdos teve início no governo Imperial, em 1857, quando o professor francês Hernest Huet, a convite de D. Pedro II, veio para o país fundar a primeira escola para meninos surdos. O Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. Hernest Huet nasceu na França em 1822 e ficou surdo aos 12 anos de idade, era seguidor da ideia do abade L’ Epée. Goldfeld, (1997) confirma que ensinamentos de Huet fizeram com que a língua de sinais se difundisse no Brasil. Inicialmente o INES utilizava a Língua de Sinais como método de ensino, porém, a partir de 1911, passou a adotar o método oralista, obedecendo às ordens do Congresso de Milão.

Segundo Moura (2000), durante os cerca de cem anos de predominância do Oralismo (de 1880 a 1980), foram obtidos poucos resultados quanto ao desenvolvimento da fala, do pensamento e da aprendizagem dos surdos. Após o descontentamento com o método oralista e o avanço das pesquisas sobre as Línguas de Sinais instituiu-se na década de setenta, a filosofia intitulada de Comunicação Total. Para Dorziat (2004, p. 04), esta filosofia se preocupava com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, e também que os “aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado só por causa da aprendizagem da língua oral”.

Prosseguindo nos acontecimentos históricos, as décadas de 1980 e 1990, diversos países perceberam que a língua de sinais deveria ser utilizada independentemente da língua oral. Para Fernandes (2011), a proposta do bilinguismo prioriza o ensino de Língua de sinais como primeira língua para crianças surdas. A língua oral deve ser adquirida como uma segunda língua, desta forma rejeita a aproximação da normalidade, e garante ao Surdo uma forma de participar do mundo diferentemente do ouvinte. Proporcionando o entendimento de que a surdez é uma diferença cultural.

A trajetória do Povo surdo explicita a luta constante por reconhecimento de suas peculiaridades linguísticas e culturais. Sempre tiveram sua história marcada por caminhos incertos, repletos de idas e vindas. Desde o modelo da exclusão e incapacidade advindo dos primórdios da humanidade, passando pelo modelo médico do final século XIX, que pressupunha a cura da surdez. Porém as mudanças que permeiam os dias atuais no Brasil, principalmente relacionadas ao bilinguismo, evidenciam finalmente a convalidação de um novo paradigma, que ancorado na visão sócio antropológica, finalmente reconhece não só a surdez como a diferença, mas, a aceita a língua de sinais e a cultura surda, semeando o respeito ao uso da língua de sinais como forma de representação de poder e participação na sociedade.

Quem é o paciente surdo?

3



O ouvinte tem como canal interativo a modalidade oral auditiva, ou seja, percebe as pronúncias articuladas de quem está falando através dos ouvidos. Perlin (1998) explica que a percepção da pessoa surda é visual, isto a faz comunicar de forma peculiar, pois a mensagem é captada pelos olhos e sua produção realizada com as mãos, o que elucida sua forma de interação como visual espacial.

Portanto, a falta de informação sobre as especificidades dessas pessoas gera preconceitos e capacitismo, uma visão enganosa de que as pessoas com deficiência são “menos aptas ou incapazes de gerir a próprias vidas”. (DIAS, 2013, p.2).

O Decreto Brasileiro n.º 5.626, de dezembro de 2005, considera como pessoa surda aquela que: “por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.” Porém, na maioria das vezes, a sociedade por falta de conhecimento, adotam percepções equivocadas e pejorativas quanto a esses sujeitos e sua forma de comunicação.

Existem duas formas de considerar a perda auditiva: o modelo biológico da deficiência e o modelo social. Na percepção clínica, a surdez é considerada como um déficit, que a pessoa necessita de reabilitação para completar esta falta. Nesta visão a surdez é uma deficiência, que pode ser curada através do aprendizado da língua na modalidade oral, por treinamento auditivo, uso de implantes cocleares ou próteses auditivas. O objetivo é o “disciplinamento do comportamento e do corpo para produzir surdos aceitáveis para a sociedade dos ouvintes” (SKLIAR, 1998, p.10). Acredita-se que desta forma a pessoa surda passará ser vista como “normal”, pois conseguirá falar e ouvir, e assim será incluída na sociedade.

Entretanto, para as pessoas Surdas, a perda auditiva não é considerada como limitação ou deficiência. É apenas uma diferença sociocultural e linguística, uma forma de compreender o mundo através da língua, história e cultura próprias. Embora os surdos possam se enquadrar também como pessoas com deficiência auditiva, eles não gostam de ser referenciados por este termo. O Surdo na prática, é o usuário de Libras, é assim que eles desejam ser chamados. A surdez para este grupo é uma forma de compreender o mundo através da experiência visual. "O Surdo tem orgulho de ser Surdo e não se considera deficiente" (BISOL & VALENTINI 2011, p.2).

Os termos surdez e deficiência auditiva são, muitas vezes, usados como sinônimos. Segundo Perlin (1998), ainda existe uma tendência em considerar a pessoa surda pela perspectiva da patologia, da "falta", e isso faz com que as pessoas acabem usando a expressão "deficiente auditivo". Para a medicina, o termo "surdo" é utilizado quando a pessoa é diagnosticada com surdez profunda; se esta é leve ou moderada, o termo utilizado é deficiente auditivo. Estes geralmente negam a surdez, não participa das associações de surdo e utilizam aparelhos auditivos, preferindo comunicar oralmente, tentando aproximar-se da "normalidade ouvinte".

Dentro do grupo das pessoas com perda auditiva, existem duas formas de identificação que refletem a forma como o próprio indivíduo é percebido pela sociedade: surdo (a), ou Surdo (a) - com a letra S maiúscula. Para Wilcox, P. e Wilcox, S. (2005), as designações de "Surdo" e "surdo" refletem percepções ideológicas, socioculturais. O termo "Surdo" com o "S" maiúsculo representa definição cultural, que indica um grupo de pessoas que valorizam a experiência visual e se apropriam da língua de sinais como meio de comunicação e expressão.

O termo "surdo(a)", com inicial minúscula, seriam àqueles que rejeitam a condição da surdez, buscam resgatar a audição por meio de protetização. Portanto, se posicionam como deficientes auditivos. Os usuários das línguas de sinais não devem ser chamados por formas insultuosas. Muitos o fazem com uma conotação negativa; outros desconhecem a coerência científica do termo, como aponta Sasaki (2003) as terminologias: surdo-mudo, deficiente auditivo, mudinhos, etc., embasam em informações de diferentes presunções a respeito dos Surdos, que acabam por criar estereótipos.

Considerar o Surdo como mudo é errado porque esta palavra é referente a quem não emite nenhum som. Conforme Sasaki (2003), quando se refere ao Surdo, a palavra “mudo” não corresponde à realidade dessa pessoa. O surdo pode produzir som vocal, geralmente não tem problemas nas cordas vocais. O uso no diminutivo, mudinho piora ainda mais a situação pejorativa, pois denota que o surdo não é tido como uma pessoa completa.

A utilização dos termos: Portador de Surdez ou Portador de Deficiência Auditiva também é considerado incorreto, visto que surdez não se porta, não é algo que se possa carregar eventualmente, como um objeto qualquer. A perda auditiva é uma condição existencial da pessoa.



Caracterizando a Língua Brasileira de Sinais

4



Assim como os ouvintes, os sujeitos Surdos também adotam meios de transmitir e desenvolver a comunicação. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ou ainda Língua de Sinais Brasileira (LSB), é a língua natural que os surdos do Brasil utilizam. Libras é uma Língua completa e com características gramaticais, tal como a língua portuguesa, a espanhola, inglesa ou qualquer outra.

Surgiu dos mesmos motivos que as línguas orais, ou seja, para suprir as necessidades dos seres humanos em utilizarem um sistema linguístico. É articulada através das mãos, corpo e expressões faciais, trata-se de uma língua independente, e se constitui na expressão da identidade da comunidade Surda. De acordo com Honora (2009):

As línguas de sinais são naturais, pois surgiram do convívio entre as pessoas surdas. Elas podem ser comparadas à complexidade e à expressividade das línguas orais, pois pode ser passado qualquer conceito, concreto ou abstrato, emocional ou irracional [...]. Trata-se de línguas organizadas e não de simples junção de gestos. Por este motivo, por terem regras e serem totalmente estruturadas, são chamadas de língua. (HONORA, 2009, P.41)

Portanto, a Lei apregoa que Libras possui elementos que preenchem, requisitos científicos para ser validada com uma língua. É através dela que o surdo participa e interage no mundo a sua volta. Sacks (1998) afirma que a Língua de Sinais é, para o surdo, uma adaptação única; não é somente a manipulação, mas as mãos passam a ser a voz do usuário, uma voz sinalizada que traduz a sua identidade cultural.

Mitos sobre as Línguas de Sinais

4.1

Por ocorrer numa modalidade visual-espacial e ser utilizada por uma minoria, que são as pessoas Surdas, é comum haver equívocos e mitos sobre as Línguas de Sinais. Mito (do grego Mythós) aqui é utilizado no sentido de uma narrativa inverídica, utilizada pelo senso comum, com intuito de explicar o que é importante para determinado povo. Por isso a necessidade de apresentá-los, para que sejam combatidos e divulgados da forma correta, especificamente por meio de argumentos científicos.

O mito mais comum é o de acreditar que as Línguas de Sinais são universais, ou seja, que os sinais são utilizados da mesma forma por Surdos de todo o mundo. Gesser (2009) confirma que a Língua de Sinais não é uma forma de linguagem corporal universal, ela apresenta diferenças culturais e gramaticais próprias de cada país, assim como a Língua oral Portuguesa também não é uma língua universal. No Brasil fala-se português e nos Estados Unidos a língua utilizada é a Inglesa, com a Língua de Sinais não é diferente.

Cada país possui sua própria Língua de Sinais. Em Portugal as pessoas surdas utilizam a Língua Gestual Portuguesa (LGP), que é a língua de sinais oficial daquele país. A língua possui uma diversidade cultural ilimitada, ela muda com o tempo e com as pessoas, portanto: nos Estados Unidos utiliza-se a American Sign Language (ASL), que na tradução quer dizer Língua de Sinais Americana. Assim como existe a Língua Francesa de Sinais, a Língua Japonesa de Sinais e etc.



Clique aqui e veja algumas diferenças entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Gestual Portuguesa (LGP). Se preferir, utilize o QR Code ao lado!






As pessoas podem utilizar uma língua de acordo com sua produção e sua modalidade de percepção: modalidade oral-auditiva ou modalidade visuo-espacial. O idioma utilizado pela comunidade é um instrumento de comunicação composto por regras gramaticais, e a Libras atende a esses requisitos, pois tem estrutura gramatical própria. Língua não se confunde com linguagem: “é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente”. (SAUSSURE, 1995, p.170).

Outro quesito importante para sempre se referir a Libras como língua, é que, ao proferir como mímica está implícito um preconceito, e inferioriza o valor linguístico que os surdos tanto batalharam para conquistar. Não é verdade que a Língua Brasileira de Sinais é linguisticamente inferior à língua portuguesa, ou limitada de conteúdo e composta por gestos imitativos que reproduzem os objetos. Brito (1995) destaca que Libras apresenta alguns sinais icônicos (2), mas esta iconicidade não se aplica a todos os sinais, visto que não realizados aleatoriamente, a partir da invenção de cada indivíduo.

As Línguas Orais incorporam também essa característica de iconicidade. Algumas palavras reproduzem sons e ruídos de objetos ou referenciais, como por exemplo: tique-taque (relógio), hahaha (risada), fiu-fiu (assobio). Ferreira Brito (1995, p. 108), elucida que não basta “imitar o movimento, a forma, ou propriedade de um objeto, para ser considerada língua de sinais”. O que pode gerar esse estranhamento é o fato de Libras ser uma língua visual, portanto a relação entre forma e sentido é mais visível.

Outro equívoco do senso comum é acreditar que a Língua de Sinais é reduzida somente ao uso do alfabeto manual. Mas este é apenas um empréstimo linguístico da Língua Portuguesa, um código de representação das letras alfabéticas. “Utilizado somente para soletrar manualmente (datilologia), nomes próprios de pessoas ou lugares e algum vocabulário não existente na língua de sinais” (GESSER, 2009, p.28,). A datilologia, ou alfabeto manual, Surgiu da necessidade de contato com os cidadãos ouvintes. Os estudos da referida autora evidenciam que o alfabeto é útil como ponte na interação entre os usuários da língua de sinais e ouvintes. É utilizado com vários propósitos:

2. São os sinais em que o gesto reproduz ou faz alusão à imagem do seu referente. Em Libras, os termos: telefone, avião, casa são exemplos de iconicidade.

	Representar nomes de pessoas ou de localidades
	Referenciar termos que não têm sinal equivalente
	Para ensinar ou aprender uma determinada língua de sinais



Clique aqui e conheça o alfabeto em libras. Se preferir, utilize o QR Code ao lado!



Outro mito é de achar que as Línguas de Sinais não apresentam conjugações, preposições ou gramática. A língua brasileira de sinais possui como característica a sua estrutura linguística própria, constituída de verbos, pronomes, advérbios, elementos de flexão em número e estruturação de frases. De acordo com Quadros e Karnopp (2004), as Línguas de Sinais por ser uma língua de modalidade espaço-visual, agrega esses elementos por meio de expressões faciais e corporais, porque o sistema de signos é recebido pelos olhos e sua produção realizada pelas mãos.

William Stokoe, em 1960 apontou três parâmetros que compõem os sinais: Configuração de Mãos (CM); Ponto de Articulação (PA) ou Locação (L); Movimento (M). Atualmente, as pesquisas identificaram existência de mais dois componentes dos sinais: a orientação e as expressões não-manuais. Gesser (2009) afirma que nas línguas de sinais, as expressões faciais ou não-manuais tais como: movimento de cabeça; lábios; sobrancelha fazem parte gramática, pois representam a estrutura da língua. Os sinais são formados a partir da combinação destas unidades mínimas, ou seja, dos cinco parâmetros, transformando-os em significados ao se transformar em sinal.

Desta forma, a Língua Brasileira de Sinais propicia uma comunicação dinâmica, de forma semelhante à língua Portuguesa, ao combinar fonemas para formar as palavras. “As palavras são os itens lexicais das línguas orais-auditivas, da mesma forma que os sinais são os itens lexicais das línguas de sinais” Felipe (1998, p.84). Desta forma é necessário conhecer as regras gramaticais e seu sistema linguístico para combinar as frases e estabelecer comunicação, então não basta apenas conhecer sinais.

Os direitos dos Surdos em seus atendimentos de saúde

5



É por meio da comunicação que a equipe de saúde interage com o paciente, a fim de acolher, diagnosticar e prestar o serviço de forma adequada e satisfatória. Na maioria dos casos, a mediação estabelecida pelos profissionais da área da saúde é verbal, porém a língua que os Surdos utilizam para se expressar é Libras, e muitos não compreendem o que é dito na língua oral portuguesa.

Pesquisadores relacionados à temática das dificuldades de comunicação com pacientes surdos – como: Araújo et al. (2019), Chaveiro e Barbosa (2005) e Souza et al. (2017), – são unânimes em relatar que a Libras ocupa a última posição entre as estratégias utilizadas pelos profissionais da saúde no atendimento ao paciente Surdo. Neste quesito, a ausência do uso dos sinais (3) interfere expressivamente na garantia de qualidade e no acolhimento aos sujeitos Surdos em contexto da saúde.

A Lei 10.436, que em 2002 reconheceu Libras como forma de comunicação dos surdos brasileiros abrange também os atendimentos específicos em saúde, no art. 3º, prevê que:

"as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento adequado às pessoas com deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor" (BRASIL, 2002).

3. São equivalentes aos vocábulos e demais itens lexicais em uma língua oral. Os parâmetros: Configuração da mão, Movimento e Ponto de Articulação, podem combinar de forma sequencial ou simultânea, para representar diferentes significados. (KARNOPP, 2004)

Sob esse prisma a Lei de Libras normatiza a obrigatoriedade de manter o atendimento numa forma de comunicação eficiente entre ouvintes, deficientes auditivos e surdos. As diretrizes específicas do campo da saúde também determinam a promoção da acessibilidade e a garantia de participação de todos. A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, instituída pela Portaria Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro, nº 1.060/2002, revela em seu art. 1º:

Promoção da Qualidade de Vida - deve ser compreendida como responsabilidade social compartilhada, visando assegurar a igualdade de oportunidades, a construção de ambientes acessíveis e a ampla inclusão sociocultural. As cidades, os ambientes públicos e coletivos, os meios de transporte, as formas de comunicação, devem ser pensados para facilitar a convivência, o livre trânsito e a participação de todos os cidadãos (BRASIL, 2002).

Em 2005 Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro, minudenciou a Lei de Libras e em seu capítulo VII, específico para a Garantia do Direito à Saúde das Pessoas Surdas ou com Deficiência Auditiva, sancionou que os serviços de saúde agregados ao Sistema Único de Saúde (SUS), devem garantir um atendimento de qualidade à comunidade surda, visando à inclusão social e o respeito ao uso da Língua Brasileira de sinais. Tornando obrigatório, a partir de 2006, ou seja, há quase vinte anos é dever dos serviços públicos de assistência à saúde:

Art. 25. As empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir [...] a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:

[...] IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e

X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação. (BRASIL, 2005).

Portanto, o poder público e as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, de acordo com o Decreto 5.626/05, precisa prover o uso e a difusão de LIBRAS e, encaminha também que um quantitativo de servidores tenha habilitação básica para comunicar em Libras:

Art. 26. [...] deverão garantir às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o seu efetivo e amplo atendimento, por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e da interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º Para garantir a difusão da Libras, as instituições de que trata o caput deverão dispor de, no mínimo, cinco por cento de servidores, funcionários ou empregados com capacitação básica em Libras.

Em 2006, a Política Nacional de Humanização (PNH), do Ministério da Saúde, criou diretrizes para nortear o atendimento prestado pelos SUS. O acolhimento é uma das diretrizes deste documento e visa melhorar a qualidade do atendimento prestado, aumentar a eficácia das ações de saúde e propiciar relações interpessoais mais respeitadas, depreende-se que a humanização e o acolhimento inflige conhecer as especificidades e assumir uma postura de atendimento adequado à necessidade do indivíduo:

“modo de operar processos de trabalho em saúde de forma a atender a todos que procuram os serviços de saúde, ouvindo seus pedidos e assumindo no serviço uma postura capaz de acolher, escutar e pactuar respostas mais adequadas aos usuários” (BRASIL, 2006).

Isso inclui a liberdade da pessoa surda quanto ao direito de escolher a língua em que prefere interagir e ser atendido, considerando que cada pessoa tem uma vivência e uma singularidade que deve ser respeitada. A Lei nº. 13.146, promulgada em 6 de julho de 2015, instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência também ratificou que cabe ao Poder Público e a seus órgãos garantir a integração social e a cidadania das pessoas com deficiência em vários contextos, inclusive o da saúde. Mais recentemente, a Lei nº 14.191, do dia 3 de agosto de 2021, garante aos surdos o acesso pleno às informações, aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional.

Esses aparatos jurídicos foram cunhados com a finalidade de estabelecer direitos e obrigações do Estado e da sociedade em relação às pessoas com deficiência, inclusive as pessoas surdas. Considerando que o atendimento se inicia no momento em que o paciente entra na unidade de saúde e igualmente abrange as atribuições inerentes ao profissional técnico em enfermagem em desenvolver atividades de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação, visando à integralidade do ser humano. É importante que todas as comunicações aconteçam de forma eficiente. No entanto, em várias circunstâncias e contextos, essas normativas não são efetivadas.

O percurso histórico da pessoa com deficiência atravessou diversas facetas: religiosas, biológicas e sociais. Pode se considerar que, parcialmente, o modelo biológico da deficiência influenciou negativamente a sociedade a criar resistência em mudar suas atitudes para incluir esses cidadãos. Por muito tempo se acreditou que bastaria aprovisionar a pessoa Surda algum tipo de atendimento para “corrigir” o problema. Felizmente, na contemporaneidade, tem-se a percepção de que as barreiras impostas pelo meio em que as pessoas com deficiência estão, as impedem de participar plenamente na sociedade. Para Sasaki (2003), neste novo modelo cabe à coletividade eliminar todas as barreiras que possam impedir a plena participação das pessoas deficientes em todas estas áreas. É muito importante enfatizar que a acessibilidade que contempla a pessoa surda é a comunicacional, que é a possibilidade de alcance, para utilização com segurança e autonomia, ao acesso à informação através da Língua Brasileira de Sinais.

Faz-se jus que os profissionais do núcleo diversificado da saúde tenham o acesso e domínio de Libras, pois a língua de sinais é fundamental no atendimento humanizado e inclusivo da pessoa Surda. Entender o indivíduo surdo na perspectiva intercultural e bilíngue é o caminho para alinhamento constitucional e concretização da dignidade humana deste público.

Dicas para a interação com o paciente surdo

6



Lembre-se que a pessoa Surda interage através da língua de sinais e pela experiência visual. Se quiser comunicar chame a atenção com um aceno de mão ou tocando levemente no braço dela.

A pessoa surda não pode ouvir as mudanças de tom da sua voz. Na língua de sinais esta entonação é evidenciada através da expressão facial. [Clique aqui](#) e veja o exemplo de intensidade de dor, em Libras.



Caso o surdo esteja com as mãos ocupadas, providencie um lugar para que ele coloque esses materiais, e desta forma mantenha as mãos livres pra se expressar.

É muito grosseiro passar por entre duas pessoas que estão se comunicando através da língua de sinais, pois isto atrapalha ou impede a conversa, visto que Libras é uma língua visual. Posicione-se de forma que nenhuma pessoa possa atrapalhar a sua interação com o surdo.



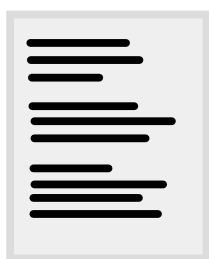
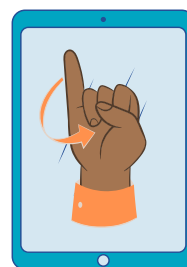
Enquanto estiverem conversando fique de frente para ela mantenha contato visual. Se você, por exemplo, virar para o lado, a pessoa surda pode achar que a conversa terminou.

É importante que os ambientes da unidade de saúde já estejam identificados em Libras.



Se tiver dificuldade para entender o que uma pessoa surda está dizendo, peça que ela repita ou escreva. O importante é comunicar. Clique para acessar os vídeos: **1) Não entendi, você pode repetir com calma?** e **2) Não entendi, você pode escrever?**

Recursos tecnológicos tais como aplicativos de tradução ou pesquisar o sinal de determinada palavra em libras podem ajudar nesta interação.



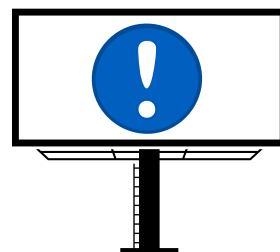
Lembre-se que a pessoa Surda pode não dominar o português escrito, por isso, escreva frases curtas de maneira clara e objetiva, sem utilizar vocabulário técnico ou formal.

Se for perguntar o que o surdo está sentindo, quando ele estiver acompanhado de um intérprete da língua de sinais ou de um familiar que sabe libras, fale sempre olhando para o paciente surdo. Nunca direcionado para o intérprete ou o acompanhante.



Ter sempre orientações e informes impressos. Estes precisam ser elaborados pensando na acessibilidade comunicativa, constando recursos visuais por exemplo.

O ideal é que a chamada para o atendimento seja realizada através de painel visual. Se não for o caso, cuide para que o paciente surdo seja avisado de seu atendimento gestualmente.





Alguns surdos conseguem se expressar também oralmente, por isso, fale de maneira clara e com tom de voz normal, pronunciando as palavras de forma articulada. Não grite! Ela não ouvirá e ainda verá em você uma fisionomia agressiva. Fale normalmente, a não ser que ela peça para você falar mais alto e devagar. Neste caso, cuide para que sua boca fique bem visível para que a pessoa surda possa ler seus lábios. O uso de Bigode ou Barba, máscara, e o hábito de mascar chicletes podem atrapalhar a comunicação.

Vídeos de sinais básicos em Libras na área da saúde

6.1

A seguir serão apresentados vídeos em libras, separados por categorias temáticas, alguns léxicos que corroboram para promover acessibilidade comunicativa aos Pacientes Surdos.

Identificação do paciente

- ✓ Qual o seu nome?
- ✓ Qual é a sua idade?
- ✓ Peso
- ✓ Altura
- ✓ RG
- ✓ CPF
- ✓ Cartão SUS
- ✓ Comprovante de endereço
- ✓ Telefone
- ✓ Whatsapp



Clique aqui e conheça os sinais em libras para a identificação do paciente. Se preferir, utilize o QR Code ao lado!



Acolhimento

- ✓ Aferir pressão e sinais vitais
- ✓ Aferir a sua temperatura
- ✓ Alguma situação relacionada à violência?
- ✓ Atendimento médico
- ✓ Atendimento médico emergência
- ✓ Atendimento médico urgência
- ✓ Atestado médico
- ✓ Está em jejum?
- ✓ Está sentindo dor?
- ✓ Faz uso de algum medicamento contínuo?
- ✓ Prescrição médica
- ✓ Quando começou a passar mal?
- ✓ Respire profundamente
- ✓ Tem alguma alergia?



Clique aqui e conheça os sinais em libras, referente ao acolhimento ao paciente surdo.



Profissionais da saúde

- ✓ Assistente social
- ✓ Enfermeiro
- ✓ Médico
- ✓ Psicóloga
- ✓ Recepcionista
- ✓ Técnico em enfermagem



Clique aqui e conheça os sinais em libras para a identificação dos profissionais da saúde.



Sintomas e doenças

- ✓ Febre
- ✓ Convulsão
- ✓ Desmaio
- ✓ Dor de cabeça
- ✓ Diabetes
- ✓ Gravidez
- ✓ Infecção
- ✓ Inflamação
- ✓ Influenza - gripe
- ✓ Parada cardíaco-respiratória
- ✓ Tosse
- ✓ Vomitar
- ✓ Hipertensão



Clique aqui e conheça os sinais em libras, referente aos sintomas e doenças.



Procedimentos

- ✓ Agenda consulta
- ✓ Agendar exame
- ✓ Alta hospitalar
- ✓ Curativo
- ✓ Encaminhamento
- ✓ Raio X
- ✓ Remédio
- ✓ Soro
- ✓ Internação
- ✓ Ultrassonografia
- ✓ Injeção



Clique aqui e conheça os sinais em libras, referente aos procedimentos em saúde.



Curiosidades sobre Surdos e LIBRAS

6.2

6.2.1 O que é cultura Surda?

Através da experiência de interação com o mundo de forma visual surge a cultura surda. Karin Strobel (2008) autora surda, descreveu que este termo se refere ao comportamento próprio dessas pessoas, como entendem, modificam o mundo, vivem em sociedade e se relacionam com os outros:

Cultura surda é o jeito de o surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das "almas" das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo (STROBEL, 2009, p. 27).

Os estudos sobre a cultura surda colocam as experiências visuais como protagonistas e fator de constituição identitária e cultural dos sujeitos surdos. A língua de sinais é o coração e herança do povo surdo, é através dela que tudo tem significado. É através da visão que o mundo se revela à pessoa surda. Seu modo diferente de perceber o mundo que influi diretamente na construção de suas subjetividades.

6.2.2 A identificação pessoal em libras. Qual é o seu nome visual?

Na esfera das pessoas ouvintes, cada pessoa tem um nome que a representa, a ser utilizado quando se precisa referir a ela. Na cultura surda não é diferente, "a comunidade surda não se refere às pessoas pelo nome próprio, mas pelo sinal recebido no batismo, quando o surdo ingressa na comunidade" (STROBEL, 2009, P,64). Existe o "nome visual", ou "nome de batismo" criado pelos surdos, onde eles observam e identificam na pessoa uma característica que seja específica, uma marca ou um traço visual, que pode ser, por exemplo: o tipo físico, a cor e formato do cabelo, a primeira letra do nome, ou referente à profissão.

Os nomes visuais são uma maneira de a comunidade surda representar o mundo com base em suas referências visuais. Criar e dar esse sinal de identificação faz parte da cultura surda. O batismo, então só pode ser dado por uma pessoa surda e não pode ser inventado pelo próprio ouvinte. Ao receber o batismo de um surdo significa que você faz parte da comunidade surda. Por vezes, é necessário um longo tempo de contato com este grupo para que se receba um nome visual. Quando a pessoa ainda não tem um sinal (nome visual) utiliza-se a representação pelo alfabeto manual.



Clique aqui e veja o vídeo sobre o que é ter um sinal na cultura Surda. Se preferir, utilize o QR Code ao lado.



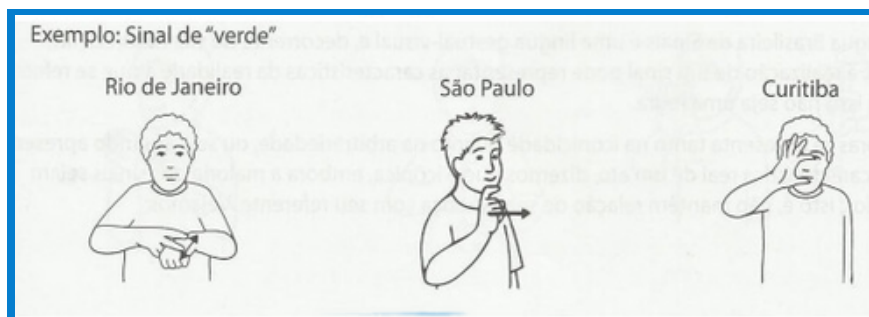
6.2.3 Qual é o Dia Nacional do Surdo?

No Brasil o mês de setembro é conhecido pela comunidade surda como Setembro Azul, por haver várias datas comemorativas alusivas ao surdo, à língua de sinais e ao intérprete de LIBRAS. É um Período de conscientização a respeito dos direitos e da luta pela inclusão das pessoas surdas na sociedade. O dia 26 de setembro é o Dia Nacional do Surdo, instituído pela Lei nº 11.796/2008, a data foi escolhida por comemorar a inauguração da primeira escola para Surdos no país, em 1857, no Rio de Janeiro, o atual INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos.

6.2.4 Existe regionalismo em libras?

O Linguista americano Willian Labov (1972), explica que uma língua varia tal qual a sociedade. Para ele existem muitas maneiras de referenciar a mesma coisa e todas fazem parte dos recursos que os idiomas oferecem aos seus usuários. Esta situação também incide nas línguas cuja modalidade é visual. A Língua Brasileira de Sinais apresenta diferentes formas e variedades com que os usuários executam o sistema linguístico: “as línguas de sinais aumentam seus vocabulários com novos sinais introduzidos pelas comunidades surdas em resposta a mudanças culturais e tecnológicas” (FELIPE, 1990, p. 81).

Libras é uma língua e apresenta dialetos regionais e pode sofrer variações a depender do contexto comunicativo: formal, informal, regional e padronizado. A seguir o sinal em libras da cor VERDE, como é representado nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba, apresentando articulações diferentes em cada cidade, como mostra a figura abaixo:



Fonte: FERNANDES, S. et al. Aspectos linguísticos da LIBRAS. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial. Estado do Paraná, 1998.

Cada região brasileira tem suas as próprias variações nos sinais, da mesma forma que na língua Portuguesa, palavras diferentes se referem ao mesmo objeto, variando conforme a localidade. Um exemplo são os termos: laranjinha, dindin, sacolé, geladinho, que se referem ao mesmo produto, mas apresenta variação linguística para ser referenciado. No Brasil cada estado tem suas marcas linguísticas próprias, no Rio Grande do Sul há inúmeras expressões completamente diferentes das utilizadas no Rio de Janeiro.

Referências

7

ARAÚJO, Antônio Marcondes de et al. A dificuldade no atendimento médico às pessoas surdas. *Revista Interdisciplinar Ciências Médicas*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 3-9, 2019.

BARRETO, Lourena Cristina de Souza. Libras e Saúde: o Atendimento ao Paciente Surdo. YouTube 2023. Disponível em:

<https://www.youtube.com/@LibraseSaudeAtendimen-ir1jt/videos>.

Acesso: 14 Ago. 2023.

BISOL, Cláudia Alquati; VALENTINI, Carla Beatriz. (2011). *Surdez deficiência auditiva, qual diferença?* Objetivo de Aprendizagem Incluir. UCS/FAPERGS, 2011.

Disponível em:

http://www.grupoelri.com.br/Incluir/OA_Surdez_X_Def_Audit_Texto.pdf. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República (1988).

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2000.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 10.436, 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2002.

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. *Política Nacional de Humanização*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.796, 29 de outubro de 2008. Institui o dia 26 de setembro como o Dia Nacional dos Surdos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. *Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021.

BRITO, Lucinda Ferreira. *Por uma gramática da língua de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves; PORTO, Celmo Celeiro. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais de saúde. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 578-583, 2008.

DORZIAT, Ana. Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação? *Revista do Centro de Educação*, v. 24, 2004.

FELIPE, Tanya Amaral. *Políticas públicas para a inserção da Libras na educação dos surdos*. Rio de Janeiro: Espaço, 1990.

FELIPE, Tanya Amaral. Introdução à gramática da Libras. In: BRITO, Lucinda Ferreira et al. (org.). *Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental/vol. III: Língua Brasileira de Sinais*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1998. (Série Atualidades Pedagógicas).

FERNANDES, Sueli de Fátima et al. *Aspectos linguísticos da LIBRAS*. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

FERNANDES, Sueli de Fátima. *Educação bilíngue para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios*. 2003. 213 f. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

FERNANDES, Sueli de Fátima. Políticas linguísticas e de identidade(s): a língua como fator de (in) exclusão dos surdos. *Revista Trama*, Cascavel, v. 7, p. 109-123, 2011.

GESSER, Audrei. *LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da Língua de Sinais e da realidade surda*. São Paulo: Editora Parábola, 2009.

GOLDFELD, Márcia. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista*. São Paulo: Plexus, 1997.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, E.; LOPES, Mary. *Livro Ilustrativo da Língua Brasileira de Sinais*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

INES. *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais*. Vs. 2.0, 2006. Disponível em: www.ines.gov.br. Acesso em: 14 abr. 2023.

LABOV, Willian. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LANE, Harlan. *A máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

MARIA Paula, *Você sabe o que é ter um sinal na cultura Surda?* YouTube 2021. Disponível em: https://youtu.be/lJmmUQX--MA?si=_kYgrFOy1QcC-R1L. Acesso: 21 out. 2023.

MOURA, Maria Cecília de. *O surdo: caminhos para uma nova Identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

PERLIN, Gladis. *Histórias de Vida Surda: identidades em questão*. 1998. 51 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir. *Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REILY, Lucia. O papel da Igreja nos primórdios da educação dos surdos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, p. 308-326, 2007.

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTOS, Rogério. *Alfabeto em Libras*. YouTube, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fYaXJXf60gU&t=60s>. Acesso: 18 abr. 2023

SASSAKI, Romeu. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SASSAKI, Romeu. *Como chamar as pessoas que têm deficiência?* Disponível em: <http://www.pjpp.sp.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/17.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.

SKLIAR, Carlos (org.). *A Surdez: um olhar sobre a diferença*. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOUZA, Maria Fernanda Neves Silveira *et al.* Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura. *Revista Cefac*, v. 19, n. 3, p. 395-405, 2017.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

TOLEDO, Antônio Matheus. Língua Brasileira de Sinais (Libras) e língua gestual portuguesa (LGP). YouTube 2020. Disponível em: https://youtu.be/QjGU1Jb21lk?si=xJLmvoHhHeKz_Ute . Acesso: 22 set. 2023.

WILCOX, Phyllis Perrin; WILCOX, Sherman. *Aprender a ver*. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.